

Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST

Souza, Maria Antônia de

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Souza, M. A. d. (2002). Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST. *ETD - Educação Temática Digital*, 4(1), 78-96. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-104980>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer Free Digital Peer Publishing Licence zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den DiPP-Lizenzen finden Sie hier:

<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

Terms of use:

This document is made available under a Free Digital Peer Publishing Licence. For more information see:

<http://www.dipp.nrw.de/lizenzen/dppl/service/dppl/>

PROCESSOS EDUCATIVOS E ORGANIZAÇÃO DE FORMAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST¹

Maria Antônia de Souza²

Resumo: Este artigo tem por objetivos caracterizar as formas de cooperação agrícola desenvolvidas nos assentamentos organizados pelo MST tendo como fonte relatórios produzidos pelo movimento e, a partir destes dados, destacar suas estratégias e suas dimensões educacionais.

Palavras-chave: Organização; Cooperativismo e associativismo

Abstract: This article is have objective to characterize the forms to agricultural co-operative society developing in MST base organization, to support informations developing by MST, to be detached yours strategics and educational dimension.

Keywords: Organization; Co-operative society and association society

¹ - Este artigo foi extraído da tese de doutorado intitulada “As formas organizacionais de produção e assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST”. Inicialmente (1999), foi apresentado no Colóquio Comemorativo de 20 anos da Revista Crítica, editada pelo Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, Portugal.

² - Doutora em Educação e professora no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, na Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR – Brasil. Residente a Rua Santana n. 500, apt. 32 – Centro. Ponta Grossa. Cep. 84010-320. Estado do Paraná, Brasil. Email: masouza@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A discussão sobre as formas de organização da produção³, em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de meados da década de 80, devido ao aumento do número de assentamentos no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente; bem como concretizar a idéia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade. Assim, as formas organizativas de produção são pensadas a partir da idéia de cooperação agrícola, seja ela, coletiva, semi-coletiva, associações, entre outras.

O objetivo deste texto é caracterizar as formas de cooperação agrícola existentes nos assentamentos organizados pelo MST, tendo como fonte de dados os documentos secundários produzidos pelo próprio Movimento (relatórios e cadernos de formação); realizar algumas indagações sobre a experiência dos “Laboratórios Organizacionais de Campo”, os cursos TAC e FIP, enquanto estratégias educativas e, por fim, destacar

a dimensão educativa do movimento social.

1. FORMAS DE COOPERAÇÃO ORGANIZADAS PELO MST

A cooperação agrícola é entendida pelo MST como “... o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (...) até chegar ao ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto ...” (MST, 1997: 21)

A cooperação no MST teve seus primórdios da organização atrelada aos grupos coletivos, que eram formados por pessoas interessadas em participar dos coletivos, geralmente o número de participantes variava de 10 a 30 famílias. Conforme afirma o MST, os grupos eram estruturados “com regimentos internos onde constavam os acordos feitos em assembleias, que orientavam a organização”. (MST/CONCRAB, 1996). Esta fase, segundo a CONCRAB, refere-se ao período de 1980-1986. Era uma **estratégia** dos assentados para sobreviver na terra recém conquistada.

Num segundo momento - 87/89 - predominaram as associações de

³ Vide CONCRAB: “4 anos organizando a cooperação”, 1996.

trabalhadores, buscando melhorias infra-estruturais para o assentamento. A adesão às formas associativas está relacionada à obtenção de créditos agrícolas e à compra de maquinários em conjunto. Portanto, é também, uma estratégia para iniciar o trabalho no assentamento, dentro das condições precárias que vão desde instrumentos para preparo do solo, orientação técnica até, principalmente, o recurso financeiro para viabilizar a produção.

No terceiro momento - 89/92 - foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), um setor do MST, tendo como objetivo o trabalho com todos os assentamentos rurais, independente da forma de cooperação adotada ou forma de organização do trabalho.

Conforme descrito no Caderno número 5, de Cooperação Agrícola do MST, é a partir de 1984 que a questão da produção torna-se preocupante. De um lado, o número de assentamentos é ampliado e, de outro, a produção de subsistência estava predominando nos mesmos, o que significava pensar que no futuro os assentados poderiam enfrentar problemas semelhantes aos dos pequenos produtores, ou seja, falta de recursos econômicos para trabalhar na terra. É com a preocupação de viabilizar a

produção nos assentamentos que a direção do MST desenvolve propostas de organização da produção, cursos de formação e experiências de coletivos de produção.

De acordo com o MST, a influência teórica presente nos primeiros grupos e associações era, por um lado, religiosa, refletindo sobre os apóstolos e as primeiras comunidades. Por outro lado, era marcada por idéias de *“...Mao Tse Tung que defendia que as pequenas associações poderiam ser um embrião (começar pequenas experiências como um embrião para chegar às cooperativas.”* (MST/CONCRAB, *Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5, 1997*)

A cooperação agrícola nos assentamentos rurais organizados pelo MST pode ser realizada de várias formas, a saber⁴: grupos de famílias; associação⁵ ou

⁴ Caderno de Formação do MST - n.21

⁵ Diferenciação entre - grupo coletivo, associação e cooperativa. **ASSOCIAÇÃO** É uma entidade civil sem fins lucrativos. Presta serviço aos associados. O dinheiro que sobra, ao final do ano, deve ser reinvestido. Não paga imposto para o Estado. Possui estatuto e regimento interno, em caso de associações com muitos sócios. Não tem capital, tem bens. **COOPERATIVA** tem fins lucrativos, cada sócio poderá receber os dividendos sempre que sobrar. Paga imposto ao Estado. O estatuto deve seguir um modelo padrão - INCRA. Tem capital. Para ser sócio o trabalhador precisa entrar com uma quota (estipulada pela assembléia). A cooperativa está vinculada ao INCRA. Pode exercer atividades comerciais, conforme suas condições. **GRUPO**

grupos de máquinas; grupo de produção semi-coletivizada; grupo de produção coletivizada; cooperativa de comercialização; cooperativa de produção agropecuária (CPA); condomínios e cooperativas de crédito rural. No entendimento do MST, a cooperação agrícola é um processo que se justifica por razões econômicas, sociais e políticas⁶.

COLETIVO é a forma de cooperação mais simples. Não precisa de Estatuto, organizam-se comissões, confeccionam o regimento interno e o plano de produção. Diferenciação extraída de GOERGEN & STÉDILLE (orgs.) Assentamentos. Petrópolis: Vozes, 1991. Tal diferenciação está descrita, também, no Caderno de Formação do MST, nº 20, 1993.

⁶Vide MST - Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5, 1997.

As principais formas de cooperação agrícola são

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens.	Famílias. Homens e às vezes também mulheres	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
Nº DE SÓCIOS	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Nº mínimo exigido por lei: 20
FORMA DE PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	Combinação verbal entre todos os membros do grupo	Assembléia	Assembléias. Conselhos dos Representantes dos setores.
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: * Compra de implementos * Venda de produtos Construção de benfeitorias * Ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: * Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. * Encaminhamentos das reivindicações da comunidade	Para: * Organização coletiva da produção e comercialização * Criação de agroindústrias
USO DA TERRA	Geralmente individual	Individual e semi-coletivo	Semi-coletivo e coletivo
DIVISÃO DO TRABALHO	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	* Não tem estatuto * Geralmente não tem regimento interno * Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos	* Precisa de estatuto * Pode ter registro interno * Não pode ter bloco de notas fiscais	* Tem estatuto regulamentado pela lei Cooperativista * Deve ter registro interno * Pode ter bloco de produtor e notas fiscais * Deve ter registro oficial da contabilidade

FONTE: MST, Caderno de Formação, n. 20, p. 32, 1993.

Segundo o MST, para organizar uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) é necessário: proximidade do mercado consumidor; ter um projeto de desenvolvimento para as áreas, previamente elaborado; produzir o que individualmente não se consegue e a terra deve ser coletiva.

A linha política do MST, denominada “produção: assentamentos e cooperação agrícola”⁷, destaca os seguintes pontos para o desenvolvimento da cooperação agrícola:

1) estimular e desenvolver todas as formas possíveis de cooperação agrícola nos assentamentos como uma política capaz de gerar o desenvolvimento rural permanente e que leve ao aumento da produtividade e da produção;

2) o estímulo à cooperação agrícola deve ser rígido na aplicação dos princípios e flexível em relação às formas de cooperação agrícola. Os princípios são:

- a) a cooperação agrícola como organização econômica está inserida no sistema econômico vigente na sociedade, ou seja, apesar dela ser uma forma socialmente avançada de organizar a produção na agricultura, por si só não derrotará o capitalismo;
- b) os assentados devem aderir voluntariamente a qualquer forma de cooperação;
- c) se os interesses econômicos dos cooperantes não forem

satisfeitos, não existirá forma de cooperação que possa ir para frente;

- d) respeitar as várias formas de associativismo, descobrir formas de combiná-los;
- e) estimular a organização de cooperativas como uma etapa superior da socialização e da cooperação agrícola;
- f) garantir que o processo de desenvolvimento da cooperação agrícola não represente apenas avanços econômicos, mas que seja acompanhado por um processo de discussão política e de integração dos assentados, nas lutas e movimentos sociais;
- g) dar prioridade à implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que compreende:
 - formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), a nível de assentamento, para organizar coletivamente toda produção, armazenagem, transporte e benfeitorias;
 - formação de Centrais Cooperativas Estaduais dos Assentados, aglutinando as CPA's e outras formas associativas, para organizar coletivamente o comércio, o transporte, projetos agroindustriais, linhas de crédito rural e convênios de assistência técnica e administrativa contábil;
 - formação de uma Confederação Nacional das Cooperativas de Assentados, aglutinando todas as centrais estaduais, para defender os interesses do sistema, gestionar recursos junto aos governos, realizar planejamento de médio

⁷ Vide MST, Documento Básico do MST, Piracicaba (SP), 1991.

e longo prazo e atuar no comércio externo.

De acordo com o MST (1997), a primeira discussão sobre o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) aconteceu entre 1989 e 1990, com a formulação de linhas políticas para a organização dos assentados e da produção. No ano de 1990 foi realizado o I seminário sobre as experiências de cooperação agrícola, dando início ao SCA, que passou a ser um dos setores do MST. Em 1992, aconteceu o I Curso Nacional de dirigentes do SCA; foi fundada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB). Durante o ano de 1993, em meio a crises no interior do SCA e tendo constatado problemas de ordem administrativa, o MST criou o TAC (Curso de Técnico em Administração de Cooperativas), cujo objetivo é formar jovens assentados, para a atividade de técnico agrícola nos assentamentos. No ano de 1994, foi realizado o Seminário Nacional sobre a perspectiva da cooperação agrícola, discutindo a crise nas CPAs e Coletivos, bem como perspectivas para a cooperação no MST. Em 1995, foi fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). Em 1996, o SCA começou o debate sobre a massificação da cooperação agrícola e realizou o II

seminário sobre as perspectivas da cooperação no MST.

Os principais objetivos da cooperação agrícola para o MST, conforme Stédile e Gorgen (1991), são: alcançar condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração de recursos naturais, que representem aumento da produção; aumento da produtividade do trabalho e da terra; aumento da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida; condição para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, luz elétrica, água encanada, telefonia, estradas, etc; contribuir para a organização da classe para conquistar a Reforma Agrária.

De acordo com Goergen e Stédile (1991), o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos depende das condições objetivas (aspectos físicos da terra, mercado, maquinários) e subjetivas (grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e a métodos administrativos) presentes na comunidade.

Assim, eles ressaltam que: “A *experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos*

assentamentos, é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do movimento, enquanto organização social sobre esse assentamento, quanto da própria experiência e amadurecimento, com pontos positivos e negativos, de cada grupo em particular”. (Göergen & Stédille, 1991:148)

Quando o MST surgiu, em fins da década de 70, a principal preocupação era com a “conquista da terra”, mas a forma de trabalhar dependeria de cada trabalhador. Os trabalhadores adotavam as roças comunitárias, como primeira estratégia de produção. O trabalho coletivo era apenas uma proposta, concretizada em algumas associações formadas por um número pequeno de famílias.

A partir de meados da década de 80, quando o movimento começa a se expandir nacionalmente, aumenta o número de assentamentos, inicia-se a preocupação com a “viabilidade” da Reforma Agrária perante a sociedade e, conseqüentemente, com novas formas de organizações sócio-econômicas dos assentamentos rurais.

Nesse sentido, a preocupação com a organização interna do assentamento gera discussão sobre: a constituição dos grupos coletivos (pequenos, grandes); a

organização da empresa rural e a agroindústria; a assistência técnica integrada e a comercialização em grande escala.

Desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos rurais constitui, então, um desafio tanto para as lideranças do MST - que procuram discutir, mostrar experiências positivas para os assentados - quanto para os trabalhadores rurais sem-terra, que possuem uma visão individual e “familiar” de trabalhar a terra. Ou seja, historicamente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, a priori, pelo patrão ou estiveram decidindo autonomamente o que como produzir e comercializar. Portanto, o que querem no momento imediato da conquista da terra é ter poder de decisão juntamente com o sucesso econômico.

A primeira polêmica por parte dos sem-terra está relacionada com a forma de divisão dos frutos obtidos do trabalho coletivo: “Quem trabalhar mais, vai ganhar igual aquele que trabalha pouco?”

Outra polêmica se relaciona ao “quem decide?”, pois trabalhadores que quase sempre tiveram tarefas determinadas por outros, vivem o desafio de decidir individual ou coletivamente como

trabalhar a terra. O que eles sabem é que não querem mais receber ordens, portanto, emerge a necessidade de desenvolver um processo participativo de gestão do assentamento rural, no qual eles se vejam como verdadeiros protagonistas do seu futuro.

Portanto, as formas de organização da cooperação sofrem um processo de aprimoramento no interior do MST e dos assentamentos. Os cursos de formação e as práticas coletivas indicam necessidade de revisões no processo de gestão/participação dos sócios, na cooperativa, por exemplo. Necessitam de mudanças em termos culturais, como o caso das práticas tradicionais de cultivo da terra. Neste sentido, o MST organiza experiências “educativas” tais como o TAC, FIP e LOC, esta última cujo objetivo central era a formação de cooperativas coletivas, foi extinta devido à inadequação do método, ou seja, os resultados obtidos com os LOC não foram suficientes para ampliar a experiência dos coletivos e das cooperativas de produção. Além da inadequação do método, uma questão importante a destacar refere-se ao distanciamento entre a ideologia defendida pelas lideranças do MST e o contexto cultural da base que, em sua

maioria, almejava tornar-se um pequeno produtor.

2. AS “ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS” DO MST: LOC⁸, TAC E FIP

Daremos destaque ao LOC, TAC e FIP enquanto três dimensões educativas técnicas e ideológicas do MST, que objetivam a disseminação de formas de cooperação nos assentamentos. A primeira experiência – LOC – desenvolveu-se até a primeira metade dos anos 90, tendo sido caracterizada como uma experiência que não deu frutos, pelo menos no estado do Paraná. Do ponto de vista educacional, trata-se de uma técnica reprodutora de conteúdos, como veremos a seguir, caracterizando-se pelo que Paulo Freire denominava de educação bancária, enquanto concepção de educação que entende os alunos como passivos e aptos a receber conteúdos transmitidos pelo professor, considerado o centro do saber e do processo de aprendizagem. Com relação ao TAC, trata-se de uma experiência recente no interior do MST, que objetiva tanto a escolarização em nível de 2º grau, quanto

⁸ - Navarro (1995) desenvolve uma reflexão sobre o “MST e sua teoria da organização”, no interior de sua pesquisa intitulada “Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento Nova Ramada, RGS”.

a formação técnica dos assentados, para o trabalho nas áreas que desenvolvem alguma das formas de cooperação. O FIP – Formação Integrado à Produção – trata-se de uma experiência local, desenvolvida no assentamento Novo Paraíso, onde o objetivo central era a instrumentalização técnica e a formação ideológica para a continuidade da luta no MST. Na sequência comentaremos as características centrais do LOC.

2.1 Laboratório Organizacional de Campo

O experimento denominado Laboratório Organizacional de Campo faz parte da “teoria da organização no campo”, difundida pelo MST e fundamentada nas idéias e propostas de Clodomir Morais, o idealizador do referido Laboratório.

Morais (1986) organizou um caderno de formação do MST, intitulado “Elementos sobre a teoria da organização no campo”, onde discutiu as seguintes temáticas: origens da organização do trabalho; comportamento ideológico de estratos emergentes; vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho; mecanismos ou instrumentos para combater os vícios das formas artesanais de trabalho e o Laboratório Experimental.

destacando as origens da técnica LOC, que

O conteúdo proposto por Morais indica a utilização de uma pedagogia com fundamentos em práticas dirigidas e características de uma educação ‘bancária’⁹. Destaca vícios existentes entre os assentados e como combatê-los. São vícios presentes nas formas artesanais de trabalho, do tipo: individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, radicalismo, liquidacionismo, aventureirismo e auto-suficiência. As formas para combater os vícios são: vigilância, crítica e reunião.

O MST defende as referidas idéias, quando as reproduz nos cursos de formação política e nos cadernos de formação. Desenvolve-se uma pedagogia caracterizada pela transmissão de conhecimentos; rotulação das formas de saberes dos sem-terra, enfim, o predomínio da idéia que a concepção do grupo dirigente é a ideal. A trajetória social do trabalhador que participa do movimento é ignorada, tornando-se um ‘vício’, quando poderia ser ponto de

denomina de um suposto processo educacional.

⁹ - Nos referimos à educação bancária, como termos freirianos, com o significado de que o professor detém o saber e transmite-o para o aluno, para que este o reproduza. O conhecimento é trabalhado na forma de depósito de conteúdos, selecionados pelo professor.

partida para a discussão da organização no campo.

Conforme Morais (1986:40), o laboratório experimental “... *é um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizacional.*” A concepção de práxis que permeia o processo demonstra outra redução nesta dimensão educativa, ou seja, não é atribuída importância à interação como elemento do processo ensino-aprendizagem, muito menos à bagagem cultural dos cursistas.

Os objetivos do laboratório experimental são: “... *formar quadros organizadores de empresas e ao mesmo tempo (...) formar técnicos na montagem e desenvolvimento de Laboratórios Experimentais ...*”(MORAIS, 1986: 40).

Para o MST, o objetivo central do Laboratório é constituir-se num aprendizado para a formação das cooperativas nos assentamentos, acreditando que a ‘profissão de agricultor’ desaparecerá através da setorização da produção, “*uns vão estar na lavoura, outros no setor de animais, outros no da horta, outros na cozinha, na*

creche, no setor de formação, etc.” (MST, 1993, p. 31).

Entretanto, tal proposta esquece do maior interessado - o trabalhador assentado - cujo ideal tem sido reconstruir um modo de vida diferente, autônomo. Será que o trabalhador assentado tem o ‘desejo’ de não ser agricultor? Várias pesquisas têm demonstrado que o sem-terra quer ter o “seu pedaço de terra”.

Navarro (1995), relatando a experiência do Laboratório Organizacional de Campo no assentamento Nova Ramada/RS, questiona a proposta e a prática do MST na organização político-ideológica da cooperativa. Afirma que este experimento constitui uma “*simplificação de um processo dito como educacional.*” (p. 14).

D’Aquino (1996), refletindo sobre ‘modos de vida, modos de ser, tempo e espaço no assentamento’ afirma que “... *o MST usa essa pedagogia denominada “laboratório de campo”, em busca de construir um novo universo simbólico que resulte num novo cotidiano*” (p. 17). Entretanto, a autora demonstra, através dos fragmentos de depoimentos dos assentados, a recusa ao trabalho coletivo; medo de trabalhar cativo; discordância com relação à distribuição igualitária dos resultados do trabalho. Os assentados

criam a alternativa da cooperativa de comercialização que, segundo eles, eliminaria a figura do intermediário e facilitaria as compras dos insumos agrícolas.

O assentado demonstra medo de trabalhar “cativo”, enquanto que o laboratório de campo parece induzir ao controle rígido: horários, setores de trabalho, laboratoristas. Na verdade, o laboratório de campo é um experimento artificial e des-colado do cotidiano e da trajetória do assentado; é algo a-histórico que pressupõe o trabalho com sujeitos “passivos” que precisam ser conscientizados, através de um processo rígido de educação. E a democracia, a participação, a liberdade do assentado, quando aparece?

A experiência do laboratório de campo não trabalha com a questão da heterogeneidade cultural. Há uma homogeneização das pessoas em função dos objetivos do experimento. As pessoas se tornam tábulas rasas e os laboratoristas os “repassadores” de conteúdo. Assim, a resistência dos assentados à cooperação demonstra que esta “pedagogia” não funciona. Um exemplo concreto é o assentamento Santo Rei, primeiro local do estado do Paraná, onde foi desenvolvido o LOC, no entanto, a

organização dos assentados é precária, predominando associações de compra e venda de produtos.

Sobrado (1992) traz algumas reflexões sobre o Laboratório Organizacional, tais como: diferenciar método de técnica e discernir os pressupostos que sustentam o método. Afirma que o Laboratório Organizacional consegue capacitar quando corresponde às necessidades criadas pela prática da organização.(p. 3, tradução nossa).

Conforme Sobrado (1992, p.11), as principais características do Laboratório são: o interesse comum que aglutina os participantes; a capacitação, cujo objetivo é criar bases para uma forma de organização e a realização das atividades de capacitação após o trabalho do cotidiano e não em tempo integral.

O Laboratório de Campo constituiu uma prática do MST, objetivando “massificar a cooperação” nos assentamentos. Entretanto, não trouxe os resultados esperados. Oliveira (1996) trata da questão “massificação da cooperação nos assentamentos”, enfatizando-a como uma necessidade. Entende que a Cooperativa de Produção (CPA) é a forma mais avançada de cooperação, porém não massifica. As cooperativas de Prestação de Serviços e a Cooperativa de Produção e Prestação de

Serviços (CPPS) são formas passíveis de massificação.

Durante o II Seminário Nacional sobre as perspectivas da cooperação no MST (1996), foram arrolados os desvios que aparecem nos assentamentos (economicismo, social-democracia, comodismo, peleguismo e corporativismo) e os desafios gerais (organizar a produção, massificar a cooperação, trabalho ideológico permanente, garantir a direção política nas regiões, como os assentados vão contribuir com a estratégia geral do MST).

Esta concepção de desvios e desafios apontada pelo MST (1996), indica que o movimento está preso a um velho paradigma revolucionário, não compatível com os anseios dos assentados. A principal crítica a estes encaminhamentos do MST, em nossa opinião, refere-se à exclusão do assentado enquanto participante no sentido de opinar, propor e expor seus anseios. A busca da consolidação da cidadania, apontada como uma das características do MST, não é compatível com a “cidadania ativa”, com atores sociais que possuem saberes, sejam eles técnicos, empíricos, intuitivos. O grande problema é justamente ignorar o saber do sem-terra, na tentativa de manipulá-lo.

O LOC constituiu-se, enquanto uma experiência predominante até meados dos anos 90, no interior do MST. Foi uma tentativa de ensinar aos assentados o como se organizar no assentamento, objetivando a viabilização econômica do mesmo. Ao mesmo tempo, os trabalhos, cursos desenvolvidos durante o LOC, objetivaram a construção da cooperativa coletiva, entretanto, como afirma um dos assentados *“durante o laboratório de campo só tivemos cursos e, nós precisamos de prática, que o professor venha até o lote de um e de outro e explique o por que das coisas, o como fazer.... não adianta ficar só em curso, é preciso vim para prática e seria no próprio lote.... hoje no meu, amanhã no do vizinho e assim por diante, constituindo grupos de pessoas que acompanhariam o professor no trabalho nos vários lotes...”* (assentado participante do LOC, 1989, assentamento Santo Rei).

2.2 Curso Técnico em Administração Cooperativa

Os dirigentes do MST organizaram um curso de Técnico em Administração Cooperativa – TAC – ministrado em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Os objetivos¹⁰ gerais e específicos do curso são:

¹⁰ - Extraído do documento Proposta Metodológica. Curso alternativo de 2º grau,

Capacitar quadros organizadores e técnicos para o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA – a nível nacional; aprofundar a discussão e elaboração sobre a concepção de Desenvolvimento Rural das organizações dos trabalhadores rurais e, em específico o MST; desenvolver no grupo a consciência organizativa e a mentalidade empresarial e ética necessárias para a implementação da cooperação agrícola; capacitar os alunos em gestão empresarial cooperativa, dando ênfase às habilidades técnico-administrativas; aprofundar o conhecimento sobre a proposta do SCA e sobre o tipo de desenvolvimento rural que pretendemos construir; desenvolver habilidades pedagógicas na perspectiva de uma educação cooperativista e de uma metodologia de trabalho de base para a implementação da proposta do SCA e do MST como um todo; fortalecer a formação político-ideológica do grupo, ampliando seu universo de conhecimentos gerais e sua capacidade de análise da realidade ...

Os objetivos gerais da etapa são: *“organizar uma empresa associativa do tipo cooperativista e gerenciá-la com mentalidade empresarial; desenvolver no grupo a consciência organizativa necessária para dirigir uma empresa complexa; assumir a gestão democrática da etapa e do curso”.*

Técnico em Administração de Cooperativas. 2ª turma, 1993. Braga/RS.

A organização do curso contempla o tempo escola e o tempo comunidade, onde o objetivo é que os alunos desenvolvam um processo de pesquisa em áreas de assentamentos¹¹. Os alunos são oriundos de assentamentos ligados ao SCA ou pertencentes a cooperativas ou a associações de pequenos agricultores.

Um dos itens presentes na filosofia do curso refere-se à mudança de mentalidade entre os participantes, como descrito na proposta metodológica do curso:

A Cooperação Agrícola exige uma mudança de mentalidade: do individual para o coletivo. Cada indivíduo (ou grupo) precisa descentrar-se de si mesmo e passar a enxergar o mundo com os olhos do coletivo. Além disso, a cooperação supõe a eliminação das relações sociais de coação (autoritarismo) e a construção de relações verdadeiramente democráticas. Esta mudança de mentalidade (valores, comportamentos ideológicos cotidianos) somente acontece através de um processo permanente e sistemático de educação das pessoas no coletivo. Processo que será tanto mais rápido quanto maior a sua vinculação com as relações de trabalho reais entre os sujeitos envolvidos e deles com o mercado.

¹¹ - O curso é desenvolvido durante 2 anos, em 6 etapas, sendo intercalado o tempo escola – aulas teóricas e gestão da cooperativa criada na escola – e o tempo comunidade – referente ao retorno dos alunos às suas áreas de origem ou estágios em outros assentamentos.

O TAC constitui-se numa experiência inovadora, tanto enquanto escolarização dos jovens assentados, quanto na formação político-ideológica para a cooperação agrícola. Uma das dinâmicas do curso é que os alunos, desde o início, gerenciem uma espécie de cooperativa, com todos os elementos necessários para o funcionamento da mesma. Constitui-se, também, num espaço de transmissão de conhecimentos que devem ser reproduzidos nos assentamentos, incluindo o trabalho político.

Com relação ao objetivo de transformar a mentalidade, do individual para o coletivo, os próprios alunos formados no curso têm destacado que, quando retornam para o assentamento, o trabalho é muito difícil, pois há a questão dos costumes das pessoas, portanto, as áreas que já têm projetos coletivos, continuam desenvolvendo seus projetos, com a orientação do técnico, mas nas áreas em que há apenas alguma forma de associação, torna-se difícil articular o coletivo. Um dos alunos formados em 1996 destaca que na teoria a proposta do TAC funciona muito bem, gerenciando uma empresa, durante o curso, no entanto, no assentamento, encontram dificuldade em trabalhar com a diversidade de opiniões e a diversidade cultural. Num dos trabalhos de final de

curso, de um dos alunos, há a constatação da ausência de participação dos sócios no processo de gestão das cooperativas coletivas, demonstrando que a carga de trabalho fica por conta dos membros da direção, ou seja, *falta o sentimento de que a cooperativa é de todos.*

Em seguida caracterizaremos o FIP, enquanto curso de formação desenvolvido a nível local, no assentamento Novo Paraíso – Cooproserp.

2.3 Curso de “Formação Integrado à Produção” - FIP

O curso FIP, realizado na Cooperativa de Produção – Cooproserp – município de Pitanga, foi promovido pela própria cooperativa e Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná – CCA-PR, no ano de 1992, tendo a participação de 54 pessoas. Os objetivos gerais e específicos, conforme consta no projeto do Fip, foram os seguintes: *viabilizar economicamente o assentamento Novo Paraíso; obter uma consciência organizativa e empresarial da Cooproserp – enquanto objetivos gerais. Capacitar os associados em diferentes áreas de produção; aumentar a organização empresarial da Cooperativa; melhorar as técnicas de*

produção da cooperativa e capacitar pessoas na área de administração e contabilidade – enquanto objetivos específicos.

As justificativas apresentadas pelos promotores do curso, para a realização do mesmo foram:

*A Cooperativa em seu tempo de funcionamento não conseguiu se viabilizar economicamente; os associados não são capacitados para desenvolver trabalho e atividades da Cooperativa, tendo um baixo rendimento e produtividade; não se tem uma organização empresarial em nível satisfatório que necessitam; as técnicas de produção da Cooperativa são muito rudimentares e com pouca produção, o que ocasiona baixa renda econômica dos associados; a Cooperativa não possui pessoal capacitado na área de administração (...) **visa superar muitas dificuldades que hoje a Cooperativa enfrenta, despertar a consciência organizativa empresarial dos participantes, incentivar o surgimento de outras associações dentro dos assentamentos da região, melhorar o nível de tecnologia da produção do assentamento, diversificar a produção agrícola e pecuária, obter um planejamento para atender as necessidades da cooperativa, elaborar projetos na área de produção (Projeto do FIP, 1992:78) – (grifo nosso).***

O curso FIP foi organizado a partir das necessidades dos sócios da Cooperativa – Cooproserp – o que vai ao encontro do

que disse um dos participantes do LOC, ou seja, o curso tem que ser desenvolvido a partir dos problemas de cada lote, no caso, na Cooperativa, os problemas do coletivo. Constatamos, através das entrevistas, que todos os sócios da cooperativa participaram do curso, enfatizando sua importância, principalmente em termos dos conhecimentos técnicos obtidos e, a partir do aperfeiçoamento de cada um dos assentados, num setor de produção, conseguir melhorar tanto o planejamento, quanto a própria atividade desenvolvida. Destacam os cursos de pecuária e veterinária, como importantes para quem trabalha no setor de gado e de suínos; os cursos sobre funcionamento da cooperativa e a parte de contabilidade, para aqueles que são responsáveis pela administração. Enfim, as falas demonstram a necessidade e a relevância de tais cursos, que são direcionados para que se possa refletir sobre os problemas que estão sendo vividos no cotidiano da área, no caso, o coletivo/Cooperativa.

Com relação aos aspectos de conscientização e de mentalidade empresarial, os assentados não fizeram comentários, o que demonstra não ser o prioritário para o momento. O que se caracteriza como preocupação política-ideológica do MST, até como estratégia

de continuidade da luta e ideologia do Movimento, não aparece como relevante para os assentados, que necessitam de conhecimentos técnicos para a organização da produção. Alguns assentados destacaram que quando chegaram ao assentamento não sabiam trabalhar nem com gado nem com suínos, dois setores existentes na Cooperativa, no entanto, hoje, um dos assentados, tornou-se o responsável pelo setor de suínos, cuja criação é feita de forma extensiva.

O currículo do curso foi composto pelas seguintes disciplinas e objetivos: **Teoria da organização**, com o objetivo de *oferecer elementos de teoria da organização para alcançar o processo organizativo dos participantes do curso*; **Manejo de Gado leiteiro**, cujo objetivo foi *introduzir os princípios da produção leiteira e suas aplicações às condições econômicas e produtivas da região, da abrangência da Cooproserp e contribuir com os elementos técnicos para o planejamento da produção de leite*. **Apicultura**, cujo objetivo foi *capacitar o grupo para a criação racional de abelhas, tirando proveitos econômicos da atividade – mel e polarização*. **Planejamento da Produção**, com o objetivo de *capacitar os produtores para o planejamento global da cooperativa*. **Horticultura**, *mostrar a viabilidade*

econômica, despertando nos participantes a importância dessa atividade para a subsistência e como fonte de renda, capacitar tecnicamente os interessados nesta área de produção. **Contabilidade**: *preparar os sócios que possam realizar os controles necessários, visando garantir uma boa administração do patrimônio da sociedade cooperativa*. **Cooperativismo**: *expandir o conhecimento e a doutrina cooperativista, aprofundar especialmente na proposta alternativa do SCA*. **Manejo e conservação do solo**: *mostrar às pessoas a importância de conhecer o solo, para que possam manejá-lo da melhor maneira possível, sem degradá-lo*. **Medicina Alternativa**: *capacitar agentes no conhecimento da medicina alternativa, a fim de que estes participem dos debates dos problemas que envolvem a saúde da comunidade*. **Culinária**, com objetivo de *desenvolver um planejamento das refeições de modo a obter valor nutritivo máximo*. (Fonte: Memória do Fip, 1992:25-39)

A carga horária de cada curso variou de 8 a 40 horas, sendo que os procedimentos metodológicos envolviam sempre a reflexão sobre a prática e os problemas enfrentados na Cooperativa. Todos os cursos, em seus planejamentos, apresentavam a parte teórica,

aprofundamento dos temas, através de aulas expositivas e de leitura de textos. Também, uma parte prática, envolvendo trabalhos do tipo levantamento do rebanho da cooperativa, construção de caixas para a criação de abelhas, cálculos de custo sobre a produção, entre outros, sempre destacando dimensões da realidade da cooperativa, como objetivo de estudo.

As estratégias educativas do MST, para desenvolver a cooperação nos assentamentos, englobam o curso de 2º grau, Técnico em Administração; os cursos localizados; grupos de pessoas que se reúnem para a discussão da cooperação em suas áreas; os convênios entre Anca¹²/MST e Secretaria do Estado, no caso a Secretaria do Meio Ambiente do Paraná, onde existe um convênio objetivando a contratação de agrônomos para as áreas de assentamentos rurais, sendo organizado cursos de formação para os mesmos. Ainda que tais estratégias possam ser questionadas, do ponto de vista do processo educativo, não há dúvidas que as mesmas vêm suprir uma defasagem oriunda da incapacidade/não interesse do Estado de gerir a Reforma Agrária,

enquanto processo de desapropriação da terra, assistência técnica e formação educacional, enfim, condições para a viabilização econômico-social dos projetos. Constituem-se mais em estratégias políticas de organização da cooperação do que em estratégias educativas, propriamente dita.

3. A DIMENSÃO EDUCATIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS...

Os autores Grzybowski, Gohn e Caldart destacam que os movimentos sociais possuem um caráter educativo, oriundo da participação política, dos processos de interação, das negociações com representantes políticos, das relações com os mediadores, enfim, o Movimento como espaço de socialização política, que segundo Fernandes (1996), é composto pelo espaço comunicativo, espaço interativo e pelo espaço de luta e resistência. Podemos resumir a especificidade de cada um dos espaços da seguinte forma: o espaço comunicativo como lugar onde as pessoas se conhecem, constroem conhecimento, debatem temas do cotidiano, relembram suas trajetórias, enfim, é o espaço da leitura e re-leitura da realidade vivenciada. O espaço interativo pressupõe um conhecimento crítico da realidade, o qual foi desenvolvido no espaço comunicativo. Conforme afirma

¹² - Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

Fernandes (1996:231) o espaço interativo “*é um estágio mais avançado do processo de luta em que os sujeitos em movimento, no processo de organização, já possuem o conhecimento crítico de sua realidade e a consciência da possibilidade da ação (...) possui um determinado conteúdo, construído pela memória, pelas referências históricas e pelas experiências vividas*”. O espaço de luta e resistência, de acordo com Fernandes, “*é a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos. É efetivamente o espaço de luta*”(p.237).

A obra de Gohn (1992a) é fundamental para a reflexão do caráter educativo presente nos movimentos sociais. A autora explicita como, na prática, constrói-se o caráter educativo, partindo da idéia que:

A educação é auto construída no processo e o educativo surge de várias fontes: (...) da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder; da aprendizagem gerada pelo exercício repetido das ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social (...); da aprendizagem gerada no contato com as assessorias (...); da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência..” (p. 51).

A autora ressalta três dimensões que contribuem para a construção do caráter

educativo: a dimensão da organização política; a dimensão da cultura política e a dimensão espacial-temporal. O plano individual da aprendizagem fica evidenciado, mas como afirma Gohn (1992a:52) “*o ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das relações sociais (...) o resultado mais importante é dado no plano coletivo*”.

Caldart (1995:7-9) destaca algumas dimensões dos movimentos sociais como fenômenos educativos, a saber: Movimentos Sociais como movimentos de conhecimento; Movimentos Sociais como construtores de cidadania e Movimentos Sociais como produtores de uma nova cultura. A autora se baseia em Dandurand e Olivier (1993:394-399) quando afirmam que “*os movimentos sociais implicam, de fato, uma re-problematização de um campo do social e, ao mesmo tempo, impõem construir uma nova representação baseada num reconhecimento, fundando a legitimidade de uma visão transformada das coisas*”.

Grzybowski (1991), discutindo os aspectos político-educativos dos movimentos sociais, afirma que:

Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais. (p.59-60)

As três dimensões da socialização política, destacada por Grzybowski, são evidenciadas no cotidiano do MST, quando os trabalhadores nos relatam que aprenderam a participar, falar, lutar, negociar, perder o medo, enfim, é a dimensão do **aprendizado prático** de como fazer para conquistar a terra, em primeiro lugar. A elaboração da **identidade social** comparece nas frases, nas músicas e nos desenhos das crianças na escola, para citar um exemplo, um aluno de 4ª série relata em seu trabalho escolar que *“o povo sem terra é um povo que luta por toda a sociedade e não só por um pedaço de terra (...) o sem terra é chamado de vagabundo, mas é um povo que luta...”*. Os momentos de mística que resgatam a trajetória da luta, as relações sociais, enfim, as características de um movimento Coletivo. Com relação à terceira dimensão, a **apreensão crítica da realidade**, manifesta-se tanto na continuidade da luta no assentamento, quanto no reforço das diferenças de

idéias, entre sem-terra e lideranças, destacados em muitos assentamentos. Ou seja, o movimento possui uma dimensão educativa que não se resume à mera reprodução de conhecimentos e de procedimentos, mas é uma visão de mundo que se constrói na inter-relação dos espaços educativos.

Portanto, a compreensão da dimensão educativa do movimento social, no caso o MST, deve ter como um dos pontos centrais a análise das representações sociais que os próprios sem-terra fazem de seu cotidiano, de suas práticas, seus objetivos, de sua luta pela terra. Ou seja, qual é a imagem que os sem-terra possuem de sua luta, será que é a mesma percebida pelas lideranças e dirigentes nacionais?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos educativos resumem-se, no início da organização, às reuniões com os grupos interessados em desenvolver uma forma de produção (esta fase refere-se ao momento do acampamento). Após a entrada na terra, a própria experiência, nos grupos, constitui-se numa das fases do processo educativo, caracterizada pelas relações sócio-econômicas desenvolvidas em comparação com os ideais/objetivos de cada assentado.

Posteriormente, as reuniões específicas sobre a gestão da produção, bem como cursos direcionados para as necessidades de cada assentamento, retratam uma terceira fase do processo educativo. Por último, o curso de Técnico em Administração Cooperativa – TAC – organizado pelo MST e desenvolvido em Veranópolis/RS, contribui para a formação dos jovens de assentamentos rurais, tanto do ponto de vista teórico-prático, como para o repensar da questão cultural e a inserção de novos produtos e técnicas de trabalho nas áreas de assentamentos.

Os processos educativos vêm contribuindo para o desenvolvimento de diferentes formas de organizar a produção nos assentamentos, no entanto, tais processos são muitas vezes caracterizados pelo repasse de informações e por um pensar político-ideológico que relega grande importância às cooperativas de produção, comercialização e créditos, em detrimento de outras formas organizacionais “simples”, tais como grupo de vizinhos e parentes. É a experiência no processo produtivo, enquanto dimensão educativa, que contribuirá para a continuidade ou ruptura da forma de cooperação em desenvolvimento. Isto nos leva a

constatar que um dos desafios do MST, no que refere-se a viabilização sócio-econômica dos assentamentos está em desenvolver um processo educativo que não seja apenas transmissor de conteúdos e valores, mas que possibilite o assentado criar/recriar novas formas de organizar a produção. Outro desafio relaciona-se às perspectivas conjunturais, que no caso do Brasil, tem sido desfavoráveis à pequena produção, o que contribui para o MST traçar várias bandeiras de luta, ao lado da conquista da terra.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa:** referendo, plebiscito e iniciativa popular. SP:Ática,1991.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** Medeiros, Barbosa, Franco, Esterci e Leite (orgs.). SP, Ed. UNESP, 1994.

CALDART, Roseli Salete. **Movimentos sociais e a luta pela escola do (sonho) possível.** Porto Alegre, 1995. (Mimeogr.).

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. SP:Brasiliense, 1986.

D'INCAO, M.C. ; ROY, G. **Nós cidadãos.** SP:Paz e Terra. 1995.

D'AQUINO, Terezinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do

espaço nos assentamentos das terras de Promissão/SP. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1986, Caxambu. [Anais...]. Caxambu : [s.n.], 1996. (Mimeogr.)

_____. O “Laboratório de Campo” e os bairros rurais no assentamento das terras de Promissão-SP: os sujeitos, o Movimento dos Sem Terra e a construção de um novo modo de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO EM PESQUISA SOCIAL E AGRICULTURA, 17., 1994, Porto Alegre. [Anais...]. Porto Alegre : [s.n.], 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** SP:Cortez, 1992a.

_____. Educação Não-Formal no Brasil: anos 90. **Cidadania/Textos**, n.10, outubro de 1997. Gemdec, Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis:Vozes,1991.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo.** RJ: Biblioteca Tempo Brasileiro, 1989.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Plano do Laboratório Experimental ou Organizacional de Capacitação massiva para expansão do emprego e incremento de renda familiar.** S/D, (Mimeogr.)

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander(org.). **Política, protesto e cidadania no campo:** as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. RGS:Editora da UFRGS. 1996.

_____. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais - o caso do assentamento nova Ramada/RS.** Relatório Final de Pesquisa. Porto Alegre, 1995. (Mimeogr.)

OLIVEIRA, Juraci P. de. **A massificação da cooperação nos assentamentos.** Mimeo,1 1996.

SOBRADO, Miguel. **Apuntes para um manual sobre el laboratorio de organizacion.** Instituto Nacional Agrário. Honduras, 1992. (Mimeogr.)

SOUZA, Maria Antonia de. **A formação da identidade coletiva:** um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UNICAMP, SP.

_____. Educação Não-formal e a formação de lideranças do MST. In: **Cidadania/Textos**, nº10, outubro de 1997. Gemdec, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas.

STÉDILE, J.P(org.). **A Reforma Agrária Hoje.** Porto Alegre:UFRGS, 1994.

_____. **Assentamentos:** a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis:Vozes, 1991.

_____. (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST.** Petrópolis:Vozes,1997.

CONCRAB - MST. Cooperativas de Produção. **Caderno de formação nº 21.** 2. Edição. São Paulo, abril de 1996.

_____. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola, nº 4.** São Paulo, dezembro de 1995.

CONCRAB. **Quatro anos organizando a Cooperação.** CONCRAB,1996.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de cooperação agrícola, nº5.** São Paulo, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Elementos sobre a teoria da organização no campo. São Paulo. MST. Caderno de Formação, nº 11, 1986.

_____. Memória. **1º Laboratório organizacional de campo.** Assentamento Santo Rei. Nova Cantu, PR. 1989.

_____. Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos (documento para discussão). Setor de Educação, São Paulo, 1990. **Manuscrito.**

_____. **Documento Básico do MST.** Piracicaba, 1991.

_____. **Memória do FIP.** Pitanga, 1992.

_____. Recuperando as definições políticas adotadas para a construção do SCA. **Mimeo,** 1996.

_____. II Seminário Nacional: perspectivas da cooperação no MST. Caçador, 1996. (Mimeogr.)

_____. **Síntese do Seminário Nacional do SCA:** perspectiva da cooperação agrícola no MST. S/D. (Mimeogr.)

_____. Princípios da educação no MST. **Caderno de Educação,** n. 8. 2.ed. SP, 1997.

Maria Antônia de Souza
Doutora em Educação e professora no
Departamento de Métodos e
Técnicas de Ensino,
Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR
email: masouza@uol.com.br

Artigo aceito em: 13/12/2002